

Decisão sobre dívida só sairá após volta de Collor

BRASÍLIA — O governo adiou para quinta-feira a definição da contraproposta aos credores da dívida externa. A equipe econômica decidiu aguardar a volta do presidente Fernando Collor, que nesse dia chega do Japão e logo após o desembarque vai discutir com a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, e o negociador da dívida, embaixador Jório Dauster, os termos do documento que será submetido na próxima semana, em Nova Iorque, ao comitê de bancos.

Ontem, a ministra Zélia admitiu a possibilidade de pagamento de parte dos juros atrasados aos credores privados estrangeiros, mas condicionou esse desembolso a quatro princípios: preservação das reservas em moeda estrangeira; encargos compatíveis com a capacidade de pagamento do país; manutenção da atual política de combate à inflação; e nenhuma restrição ao crescimento econômico.

“Não estamos casados com nenhuma proposta. Nosso compromisso é com princípios”, afirmou Zélia, repetindo o embaixador Jório Dauster. Ela esclareceu que o que está em discussão não é quanto pagar de atrasados aos credores, mas a busca de uma solução definitiva para o problema da dívida. Zélia anunciou, também, a chegada de uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), para discutir a revisão das metas de política econômica do últi-

mo trimestre deste ano acertadas em setembro. Segundo a ministra, a revisão estava prevista.

Ontem, depois de mais uma longa reunião no Ministério da Economia, o embaixador Dauster, principal negociador da dívida externa, explicou que sua terceira viagem a Nova Iorque, prevista para o início desta semana, foi adiada para que se aguarde a volta do presidente Collor da viagem ao Japão, na quinta-feira.

Dauster confirmou que os bancos credores estão exigindo do Brasil um pagamento parcial de US\$ 2,47 bilhões dos juros atrasados — que já somam US\$ 7,5 bilhões. Disse que esse valor é excessivamente alto para a atual capacidade de pagamento da economia brasileira, que este ano limita-se praticamente ao estoque de reservas em moeda estrangeira. Ele argumentou que o Brasil não pode reduzir suas reservas porque ficaria vulnerável às incertezas causadas pela crise no Golfo Pérsico.

Reservas — No Ministério da Economia e no Banco Central, a expectativa é de que há uma luz no fim do túnel da difícil negociação com os bancos privados internacionais, representados pelo comitê assessor. Se os credores exigem o pagamento imediato de apenas parte dos juros atrasados, acredita a equipe econômica, é porque aceitariam refinar o restante, adiando o vencimento desses débitos para os próximos anos. E

Externa
para fazer frente a um pagamento imediato, inferior aos US\$ 2,47 bilhões cobrados pelos bancos privados, o país poderia lançar mão de parte de suas reservas, situadas atualmente na casa dos US\$ 8,6 bilhões. Nesse caso, seria necessário preservar uma quantia mínima de US\$ 6,7 bilhões, correspondentes ao necessário para quatro meses de importações.

Nada disso, contudo, está decidido. Ontem, a ministra da Economia disse que o esperado empréstimo do FMI, totalizando US\$ 2 bilhões, irá reforçar a capacidade brasileira de pagamento. Mas seus assessores esclarecem que esses recursos serão liberados em parcelas trimestrais e somente reforçarão a capacidade do país nos anos de 1990 e 1991. Para este ano, as contas estão sendo feitas, mas os dados disponíveis até agora, alinhavando déficits e superávits nas contas do governo federal, dos estados e municípios, levam a crer que não existem sobras para o pagamento imediato aos credores, a não ser com o sacrifício de parte das reservas.

O mais importante em toda essa negociação, que prosseguirá quando os negociadores brasileiros retornarem a Nova Iorque para a terceira rodada de conversas, é que seja mantido o princípio fundamental de respeito à capacidade de pagamento do país. E esse princípio, segundo assessores da ministra, aparentemente já foi entendido e aceito pelos bancos credores.